



## A sensação de insegurança racializada

## The feeling of racialized insecurity

*Andre Luis Pereira*

Bacharel em Ciências Sociais  
Mestre em Sociologia

Aluno do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS/UFRGS) (Doutorado)  
Sociólogo no Observatório da Cidade de Porto Alegre - OBSERVAPOA

### **Resumo:**

A violência é um fenômeno social que tem se manifestado em todos os momentos da história da humanidade, desempenhando importante influência nas relações, e seu significado varia de acordo com o contexto sócio-histórico e com as normas e valores próprios de cada organização social. Principais vítimas da violência urbana, alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais, os jovens negros lideram o ranking dos que vivem em famílias consideradas pobres e dos que recebem os salários mais baixos do mercado. Eles encabeçam, também, a lista dos desempregados, dos analfabetos, dos que abandonam a escola antes de tempo e dos que têm maior defasagem escolar. No presente trabalho pretende-se problematizar como este significativo contingente populacional vivencia as dinâmicas de violência e insegurança experimentadas em toda a sociedade. Como os jovens negros experimentam esse processo denominado sensação de insegurança? Como vivem a realidade de desigualdade social e econômica e as graves discriminações disseminadas em toda sociedade? Sem a pretensão de responder a tais questões, o texto trata em uma rápida exposição algumas destas questões tentando suscitar novas controvérsias.<sup>1</sup>

**Palavras-chave:** Racismo. Juventude. Segurança. Violência.

### **Abstract:**

Violence is a social phenomenon that has manifested itself at all times in human history, having an important influence on relationships, and its meaning varies according to the socio-historical context and the norms and values of each social organization. Main victims of urban violence, favorite targets of homicides and police excesses, young blacks lead the ranking of those living in households considered poor and those who receive the lowest wages in the market. They head also the list of the unemployed, the illiterate, those who abandon school before finishing and have the poorest school performance. In this paper we intend to discuss how this significant population group experiences the dynamics of violence and insecurity experienced throughout society. How do young black people experience this process called feeling of insecurity? How do they live the reality of social and economic inequality and the severe discrimination disseminated throughout society? Without attempting to answer such questions, the text deals, in a quick exposure, with some of these issues trying to raise new controversies.

<sup>1</sup> Este artigo é parte de uma discussão mais ampla sobre os sentidos da violência contra os grupos populacionais classificados como minoritários. Ele compõe um conjunto de reflexões que foram produzidas no Programa de Pós-Graduação em Sociologia, ao longo do Seminário Teórico intitulado: Teorias da Etnicidade, Raça e Racismo, ministrado pelo Prof. Dr. Karl Martin Monsma no ano de 2012.

**Keywords:** Racism. Youth. Safety. Violence.

## Introdução

A violência é um fenômeno social que tem se manifestado em todos os momentos da história da humanidade, desempenhando importante influência nas relações, e seu significado varia de acordo com o contexto sócio-histórico e com as normas e valores próprios de cada organização social.

Esse elemento encontra-se igualmente enraizado nas relações interétnicas e culturais nesta sociedade. Seu espectro é dotado de extenso lastro histórico. Em todos os segmentos da sociedade brasileira o tema da violência tem se destacado. O discurso sobre a criminalidade urbana, sobre o aumento do comércio e do consumo de drogas, o debate sobre a produção e comercialização de armas e as insistentes ocorrências de torturas e violações dos direitos humanos aparecem como grandes itens na lista de preocupações dos brasileiros. O tema da segurança pública se nacionalizou e ganhou destaque nos grandes centros urbanos e nas cidades de pequeno e médio porte.

Entre as juventudes<sup>2</sup> este tema passou a ser considerado ainda mais relevante do que nos demais segmentos da população. As mortes causadas por arma de fogo e o grande número de jovens envolvidos no consumo abusivo e no comércio ilegal de substâncias psicoativas fazem com que o tema da insegurança seja dramático no universo juvenil brasileiro, deflagrando imagens cada vez mais explosivas carregadas do grande peso do espetáculo midiático e despertando os mais intensos e contraditórios sentimentos no conjunto da população.

De maneira geral, a juventude enquanto processo simbolizado socialmente, especialmente entre a infância e a fase adulta, tem seus modos específicos de inserção na estrutura social. Tal inserção ocorre de forma plural – considerando as diferentes experiências, conflitos e oportunidades sociais que podem ser analisadas sob a ótica de classe, gênero, etnia, local de moradia etc. – em determinados modos de representar a juventude ou de aduzir uma condição em que as pluralidades passam a ser percebidas numa tendência simbólica hegemônica, de um situado tempo histórico, em diferentes contextos sociais de interação.

Principais vítimas da violência urbana, alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais, os jovens negros lideram o ranking dos que vivem em famílias consideradas pobres e dos que recebem os salários mais baixos do mercado. Eles encabeçam, também, a lista dos

---

<sup>2</sup> As definições mais usuais sobre juventude, atualmente, enfatizam a necessidade de não delimitá-la como uma categoria única, homogênea, pois não se pode aplicar um conceito singular a todas as condições e processos de socialização envolvidos, mesmo em um contexto sócio-histórico definido. Sendo assim, o termo Juventudes, tem sido amplamente aplicado pelo fato de este ser mais abrangente e de possibilitar algum enquadramento conceitual das múltiplas experiências em que sujeitos em contextos e com necessidades diferentes realizam seus processos de socialização na estrutura social. MONTE BLANCO, Diego. *À luz do dia, nem todos os gatos parecem pardos: percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do Projovem Urbano*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2009. <http://hdl.handle.net/10183/25483>.

desempregados, dos analfabetos, dos que abandonam a escola antes de tempo e dos que têm maior defasagem escolar.

A criminalização preferencial dos negros é uma das características do direito penal brasileiro e da sociedade de maneira geral. Esta tem sido uma realidade histórica do negro, identificado como personalidade criminosa potencial. Como escravos no Brasil imperial ou marginalizados, no Brasil contemporâneo, seguem sendo as principais vítimas da seletividade penal. A humilhação e o sofrimento pesam e afetam, prioritariamente, a juventude negra.

No presente trabalho pretende-se problematizar como este significativo contingente populacional vivencia as dinâmicas de violência e insegurança experimentadas em toda a sociedade. Como os jovens negros experimentam esse processo denominado sensação de insegurança? Como vivem a realidade de desigualdade social e econômica e as graves discriminações disseminadas em toda sociedade? Sem a pretensão de responder a tais questões, o texto trata em uma rápida exposição algumas destas questões tentando suscitar novas controvérsias.

Tomando como perspectiva teórica os processos de racialização direcionados a determinados segmentos sociais, conforme apontam M. Banton (1979), R. Miles (1993) e as discussões sobre o racismo como processo psicológico, na acepção de W. Dubois (1999) e F. Fanon (2008), o texto busca refletir como a construção da existência de uma suposta sensação de insegurança afeta os jovens negros. Sob a ótica dos sistemas de controle social e segurança são estes os atores sociais passíveis de suspeição. Já na condição de indivíduos a questão que se pretende provocar aqui, refere-se às condições psicológicas a que estão sujeitos tais jovens, na maioria das vezes sem referências positivas ou qualquer perspectiva em relação a sua vida futura.

### **Medo e insegurança – a percepção da violência como processo**

A sensação de insegurança que espreita a todos em qualquer esquina gera um sentimento de insegurança e medo cotidiano. Esse desconforto é eficientemente alimentado pela mídia de forma recorrente. Na maioria das vezes tal desconforto é utilizado pelas elites na tentativa de capitalizar um discurso que desloca o clima de insatisfação popular por violências, como a exclusão e injustiças sociais crônicas colocando-se na posição de vítimas dos conflitos letais interpessoais e sociais no país.

Conforme aponta Carvalho (2001), o próprio discurso sobre a violência é quase sempre um discurso violento e que apresenta um caráter de contágio convocando à paranoia coletiva e à intolerância, cujos efeitos negativos se traduzem em reações e buscas por soluções igualmente violentas.

O sentimento de insegurança se constituiu como um dos problemas mais sérios dos últimos tempos, já que ele atinge um número muito maior de pessoas do que atos criminosos concretos. Na acepção de Colmán e Souza (2009), o sentimento de insegurança é uma reação emocional que pode ser caracterizada por uma sensação de perigo e de ansiedade devido a ameaças de danos existentes no meio envolvente e que de alguma forma estão associadas ao crime. Logo, a reação das pessoas

produz um sentimento de insegurança, caracterizada pelo medo do crime pelo pânico moral, e pelo medo do outro, retratando, assim, uma crise da civilidade na vida cotidiana, em especial, na vida em espaços urbanos.

Sob esse ponto de vista, o sentimento de insegurança apresenta efeitos psicológicos negativos nas pessoas, as quais passam a demonstrar ansiedade, desconfiança, alienação, insatisfação com o bairro, com a comunidade e com a vida. Trata-se de um sentimento que acaba por restringir a liberdade de ir e vir das pessoas, de modo que elas deixam de sair de casa à noite, o que limita suas atividades sociais. Muitas até mudam do bairro onde vivem. Em situações extremas, cria-se uma “ideologia de insegurança” que pode resultar em exclusão e isolamento social, racismo e xenofobia.<sup>3</sup>

A sensação de insegurança se desenvolve também pelo pânico moral, e pelo medo do outro, retratando, assim, uma crise da civilidade na vida cotidiana, em especial, na vida nos espaços urbanos. Não se sabe se a violência aumentou ou se apenas tornou-se mais visível. De fato, esse quadro ganha consistência em práticas e opiniões informadas por taxas, dados e estatísticas que sustentam uma oposição entre a violência como processo de desordem social e a incapacidade do Estado e da sociedade em dar uma resposta consistente a esse fenômeno.

### **Racializando os sujeitos**

A construção de estereótipos e a procura de responsáveis ou sujeitos passíveis de suspeição tendem a produzir imagens e discursos sobre determinados grupos sociais que, geralmente, delimitam *a priori* uma ideia de criminalidade e violência a tais segmentos. O suspeito e sua provável vítima podem ser vistos como o “impuro” e o “puro” respectivamente. Essas noções vão além do biológico e constituem referências que organizam uma coerência cultural, naturalizando e impondo posturas.

Na acepção de R. Miles (1993) a estereotipação de grupos sociais assenta na noção de “comunidades imaginadas”, com dois sentidos que orientam esse processo: primeiro, porque os membros de uma “comunidade imaginada” não se conhecem mutuamente em sua totalidade, e segundo porque a pertença a essa comunidade está fundada em um gesto de significação focalizando características físicas, no caso do racismo, ou culturais, no do nacionalismo.

A imbricação entre racismo e nacionalismo remete a formas impositivas do modo de vida do grupo dominante e tende a excluir os demais grupos que não se alinham a essa ideologia ou não pertencem a uma origem comum de tal grupo. Por isso, todas as formas de classificação racial e de racismo, seja biológico ou cultural, são formas social, cultural e historicamente construídas por certos grupos dominantes que pretendem instaurar e expandir o seu domínio apelando aos sentimentos da sua pretensa raça ou etnia.

---

<sup>3</sup> CÓLMAN, Luiza Carolina Terra; SOUZA, Ronaldo Gomes. *Violência, sentimento de insegurança e incivilidade*. Revista Senso Comum, nº 1, 2009, p. 38-46.

Dessa forma, quando um grupo social é estigmatizado ele encarna o olhar e a postura que lhe atribui o grupo dominante. No caso de atributos raciais a ênfase em diferenças biológicas pode dar lugar a diferenciações de outra ordem, psicológicas ou culturais, reais ou imaginárias. Cabe ressaltar que os discursos e práticas racistas nem sempre estão relacionados com diferenças de ordem biológica ou genética, manifestam-se também em formas de inferiorização étnica, na qual os atributos culturais se apresentam com maior evidência. O discurso racista usa categorizações étnicas, construídas em torno de fronteiras culturais, linguísticas, territoriais e supostamente biológicas, percebidas como diferença imutável e determinística.

A juventude, enquanto um grupo social com caráter formativo, apresenta vulnerabilidades em sua relação com o conjunto da sociedade. Por possuir características diferenciadas em seu convívio cotidiano, esse segmento constantemente é visto como fora dos padrões que norteiam a organização social. Sendo assim, constrói-se a ideia de que é um grupo passível de transgressões inerente a esta fase da vida e por isso carece de atenção especial nas diversas estruturas e equipamentos estatais.

O estado de vulnerabilidade social é produzido na conjunção da precariedade do trabalho com a fragilidade do vínculo social, sendo uma categoria capaz de descrever a situação de uma grande parcela da população brasileira. São vários os fatores que contribuem para a dissociação social. A extrema desigualdade, a migração para os grandes centros urbanos, a precariedade de moradia, a concepção do modelo familiar de base nuclear em um contexto de precarização do trabalho levam, muitas vezes, a situações de rupturas da participação e da coesão social.

Dessa forma, os estereótipos emergem facilmente diante dos grupos minoritários, a partir de um processo de categorização. Sendo assim, o tratamento que é dado à juventude negra revela o desprezo, a submissão a que ela é exposta. A consciência de ser negro é um processo em construção, que requer o exercício do protagonismo negro, que torna possível a criação de homens novos, como proposto por Fanon.<sup>4</sup>

No Brasil, a aparência do negro sempre foi um fator de discriminação, os heróis e heroínas não são identificados com personagens negros, isso se reflete muito na criança negra que, ao observar tais heróis, nunca se identifica com estes personagens.

A prática das execuções de jovens negros comprova o quanto o país não é capaz de assegurar o mínimo para uma existência digna, compondo eles também a maioria dos analfabetos, dos sem tetos, dos que são considerados “violentos”. Este é o racismo institucional, que “confirma um Estado despreparado para tratar os diferentes”, pois como podemos ver no Relatório da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial:

O Racismo Institucional é o fracasso da instituição e das organizações em prover um serviço profissional e adequado às pessoas devido a sua cor, cultura, origem racial ou étnica. Ele se manifesta em normas, práticas e comportamentos discriminatórios adotados no cotidiano de trabalho, os quais são resultantes da ignorância, da falta de atenção, do

---

<sup>4</sup> FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 53.

preconceito ou estereótipos racistas. Em qualquer caso, o racismo institucional sempre coloca pessoas de grupos raciais ou étnicos discriminados em situação de desvantagem no acesso a benefícios gerados pelo Estado e demais instituições e organizações.<sup>5</sup>

O racismo institucional tem sido a prática pela qual o Estado criminaliza a juventude negra. Não basta somente a legislação para modificar tais práticas. Conforme apontam alguns organismos internacionais, “O Brasil possui um dos mais altos índices de homicídios entre a população jovem do mundo e, em todos os estados da federação, os jovens negros são as principais vítimas”.<sup>6</sup> Não é possível que diante de uma taxa de homicídio tão alta não haja sensibilidade por parte dos órgãos públicos. Principais vítimas da violência urbana, os jovens negros são objeto de uma política de extermínio.

Com efeito, os preconceitos raciais e étnicos atuam como uma espécie de barreira interiorizada, que estabelece os limites e as regras da relação interétnica. Quando os conteúdos desse “olhar *a priori*” se reconvertem em atributos hereditários do grupo, sendo aplicados de forma indiscriminada aos seus membros, traduzem-se, concretamente, em manifestações de racismo.

A história do jovem negro não está dissociada do seu passado, não está dissociada da escravidão negra, não está dissociada das injustiças cometidas com milhões de africanos que aqui foram explorados e subjugados, reduzidos a coisas. Segundo dados de alguns organismos de pesquisa brasileiros, os jovens negros chegam a 16 milhões no país. Tais jovens devem receber maior atenção na elaboração de políticas públicas, já que os dados apontam para a existência de uma grande desigualdade socioeconômica e pouco acesso às oportunidades de lazer, serviços de educação e saúde, trabalho digno, dentre outros.

Em uma reflexão mais detida sobre o racismo institucional Miles (1993) demonstra que quando a raça é enunciada como determinante do intelecto, do comportamento e, portanto, da cultura, aspectos ideológicos afloram com sentido de dominação por parte daqueles que atribuem tais características. O pressuposto aqui é o de que uma dada população, apegada a uma cultura comum (língua, religião, história), tem o direito de formular suas próprias leis, de estabelecer suas próprias instituições e de controlar seu próprio destino dentro de um território específico.

Ainda tomando Miles (1993) como referência, é possível depreender que em uma condição empírica de possível conflito racial, perante o estranho, o diferente, ou seja, o “estrangeiro”, acentua-se especialmente aquilo que não é comum, assumindo os elementos comuns um caráter mais geral e irrelevante; desse modo, produz-se o distanciamento. O racismo parece associar dois princípios: o da inferioridade e o da diferença. A inferiorização corresponde a processos sociais que visam colocar o *Outro* em posição de discriminado ou de dominado. A diferenciação deriva de referências identitárias, comunitárias ou culturais; ela rejeita, exclui ou apela à destruição do *Outro*.

O primeiro princípio considera o *Outro* como um ser inferior que pode ser explorado e até ser relegado para a execução de tarefas mal pagas, encontrando assim o seu lugar na sociedade. O

<sup>5</sup> Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional DFID/SEPP/IR/PNUD, 2007. p. 3.

<sup>6</sup> UNESCO, 2004.

segundo nega essa possibilidade, já que o *Outro* é um invasor, que deve ser mantido à distância, deve ser expulso ou destruído. Miles (1993) aponta que a produção do racismo corresponde a um jogo de combinação entre essas duas modalidades em que se associam as diferenciações e contrastes culturais às desigualdades sociais e aos contrastes sociais.

Não raro, no entanto, o racismo aparece ligado a um sentimento de medo face ao *Outro*. Desconfia-se e teme-se o desconhecido, o estranho, o estrangeiro. O medo desculpa e legitima a agressão, que pode ser motivada pela necessidade de justificar e monopolizar privilégios.

Algumas vezes o racismo pode ser expresso a partir de uma postura de invisibilidade, quando o indivíduo mais que perseguido é desprezado. Essa situação caracteriza-se de diversas formas. Um exemplo latente é a condição de moradores de rua que sofrem com a ausência de inter-relações sociais. No caso de maior recorrência, o racismo priva os indivíduos, que não são vistos como inseridos no conjunto da sociedade, perpetuando esse paradigma de forma muito sutil.

A invisibilidade se manifesta através da desconsideração do indivíduo, como se este não fizesse parte da sociedade. A imagem do negro é apresentada sempre com um aspecto negativo. Exemplo dessa assertiva é a mídia, onde, geralmente, há um número muito pequeno de atores e personagens negros. Muitas vezes estes acabam sendo usados para desempenhar papéis secundários, ou pior, representando os negros como “vagabundos” e “marginais”.

Na atualidade a discussão racial no Brasil tem colocado em foco sua relação direta com a falta de ética social e suas consequências para o aumento da violência no país. O tema central do debate sobre o desenvolvimento e as consequências da violência refere-se à prática conceituada como racismo institucional. No caso brasileiro e, especificamente, local, mesmo a nomenclatura remetendo a uma estrutura formal, que em tese aplicaria medidas racistas por meios oficiais o nome não reflete o conceito real. O racismo institucional estaria mais ligado à responsabilidade objetiva sobre as ações de instituições como a polícia ou mesmo o Estado, nas ocorrências deste, pois nem sempre o agente autor da agressão pode ser identificado, mas a instituição que ele representa sim.

### **Uma reflexão política sobre o Racismo Institucional**

Nem sempre as manifestações de racismo são apresentadas de forma explícita. Aliás, possivelmente, na maioria das vezes elas são representadas de formas mais amenas. O fenômeno da discriminação racial com uma visibilidade latente no Brasil apresenta-se de forma manifesta nas condutas mais corriqueiras ou em ritos considerados “normais” no processo de segregação dos grupos racializados (geralmente, negros, pobres, jovens e moradores de periferias).

Um dos espaços de exercício dessa segregação ocorre dentro do aparelho do Estado, mais objetivamente junto às forças policiais. As forças com poder de polícia no Brasil surgiram ainda no império, com o intuito de proteção aos governos regentes. No entanto, em função dos regimes militares, as polícias adquiriram um caráter coercitivo e de imposição de força e violência para além da atividade relativa à segurança pública.

A proximidade entre as polícias e a vida social fez surgir uma demanda por segurança, que sob a crença comum de uma coibição dos níveis de criminalidade, aproximou as forças policiais da sociedade em geral. A polícia militar assume a primazia sobre essa relação com a sociedade e com esta nas ruas a sociedade sente-se (ou pensa que) mais segura, passando a cobrar cada vez mais a sua presença nos espaços públicos.

Os diversos estratos sociais veem o papel exercido pela polícia de forma distinta. Muitas vezes, confundindo qual bem jurídico esta se dispõe a resguardar: a sociedade, os patrimônios públicos e privados, a paz social, os mais ricos, entre diversas atribuições que refletem os interesses particulares de cada grupo ou em determinadas posições, ou a representação oposta a seus direitos. E muitas vezes estes indivíduos não sentem que a polícia cumpre devidamente o seu papel.

As discussões contemporâneas sobre o racismo institucional foram responsáveis por um novo reconhecimento do que seria o racismo.<sup>7</sup> Antes havia uma concepção de que o racismo seria uma discriminação proativa, apresentando as manifestações de ojeriza racial de maneira explícita. Hoje identifica-se o racismo tanto em exposições explícitas de ódio por motivos raciais, como em situações nas quais o atributo racial impede o acesso, por exemplo, ao mercado de trabalho.

Assim, percebe-se que o racismo é um fenômeno estabelecido a partir de relações de poder, seja econômico, político ou de qualquer natureza. O preconceito está no reconhecimento do outro e na delimitação de espaços.<sup>8</sup> O pensamento racista opera de maneira a classificar os “diferentes” como indivíduos inferiores (negros, índios, judeus, ciganos etc.).

Para a discussão em questão é possível afirmar que as práticas racistas e seus adeptos não admitem que os negros ocupem *status* de maior destaque na sociedade. Sob a lógica da disputa por poder, ainda é muito difícil aos grupos dominantes reconhecer ou aprovar a ideia de negros exercendo atividades como médicos, magistrados, professores universitários, entre outras profissões de maior prestígio. Desta forma se um indivíduo negro – ou negra – conquista um lugar de destaque social, ele está ocupando o lugar de um branco. Além da imagem atávica do negro como potencial criminoso, incorporado pelas forças de segurança na representação do “bandido nato”.

No Brasil, a polícia tendencialmente aborda mais negros do que brancos, no sistema penitenciário há uma sobre-representação da população negra, nos serviços de saúde a população negra recebe muitas vezes um tratamento negligente quanto às suas necessidades e, em termos educacionais, ainda é possível verificar uma diferença considerável quanto à média de anos de escolaridade entre brancos e negros, com os primeiros em evidente superioridade.

Os jovens negros, em geral, queixam-se da forma como são tratados pela polícia, com práticas de humilhação e desrespeito; pela escola, diretoras e professoras, que demonstram ter medo deles, ou que os tratam com pouca consideração, como bandidos ou vagabundos. Reclamam da falta de vagas de trabalho ou de alternativas de lazer. Geralmente eles não conseguem ficar na estrutura

<sup>7</sup> MILES, Robert. *Racism after 'race relations'*. Londres: Routledge, 1993; WIEVIORKA, Michel (Org.). *Racismo e Modernidade*. Lisboa: Bertrand, 1995.

<sup>8</sup> FANON, 2008.



da escola. Na família é comum a ausência paterna, sendo cuidados pelas avós e mães. Há também os que são criados pelos irmãos mais velhos, à revelia da mãe que trabalha todos os dias. A criminalização os atinge por toda parte, prioritariamente pelas práticas agressivas policiais.

Socialmente estabelecido de forma inconsciente, o perfil preferencial dos indivíduos a serem abordados pela polícia correspondem aos homens, negros, jovens, pobres. Este perfil – não construído apenas pela polícia – vem da sociedade e o cotidiano das ações policiais atribui outros elementos. Tendo a cor da pele como principal fator de suspeição, os jovens, por inexperiência ou mesmo despreparo para lidar com uma situação de abordagem, tendem a apresentar nervosismo excessivo, derivando muitas vezes para uma expressão de agressividade quando são interpelados pela polícia. Os limites de esclarecimento do indivíduo em condição de suspeição, na relação de poder em questão, é campo fértil para que o policial ou qualquer agente público não comprometido com a ética profissional extrapole o limite da legalidade. O que possibilita – nesse tipo de situação – que a percepção de que um suspeito possui um baixo capital cultural cria níveis de seletividade e qualidade nas abordagens dos entes públicos.

Segundo Oracy Nogueira (1985) o tipo de preconceito evidente na sociedade brasileira é o “preconceito de marca”, na medida em que está ligado aos elementos fenotípicos da população negra. Logo, como a escolaridade não é identificada por sinais externos, as ações policiais tendem a inferir o nível de esclarecimento pela cor da pele. Assim, quanto mais clara a cor da pele do indivíduo, maior a sua possibilidade de escolarização e, por consequência, aumentam as chances de denúncias e reclamações.

É razoável refletir sobre a possibilidade de uma geoespacialização dos níveis de suspeição e das formas diferenciadas de abordagem. No espaço urbano as regiões de periferia carregam consigo toda sorte de desconfianças e preconceitos. Também, por tudo que se conhece sobre os processos de formação urbana no país, de espoliação e especulação imobiliária e a consequente periferização das cidades. Não é difícil depreender que as regiões com maior concentração de população negra – nesse caso as periferias – estão mais sujeitas a ações das forças de segurança com um tratamento mais severo em abordagens, revistas e análise de perfis suspeitos.

Nessas condições, pelos dados existentes, que aqui não são apresentados pelos limites na concepção do texto, é possível supor que há pelo menos dois fatores que incidem sobre a definição de perfis em suspeição: o primeiro remete a uma condição de ordem social, a pobreza e as limitações econômicas e financeiras atraem a atenção do aparato policial; o segundo fundamenta-se em um componente cultural-ideológico que visa estabelecer uma relação entre atributos raciais e criminalidade. Assim, as forças policiais acorrem à pobreza no intuito de controlar e vigiar. E, entre os pobres, esse mesmo processo prioriza estabelecer mecanismos de controle mais eficazes à população negra.

O contexto de possível criminalização e o estereótipo de “bandido” a que são submetidos os jovens negros, apresentam também duas consequências distintas. Deve-se considerar primeiramente os desdobramentos psicológicos a que estão expostos estes indivíduos. Em geral,

com poucas referências positivas, tais jovens têm muitas dificuldades em se perceber como indivíduos passíveis de direitos. A cor acaba se inscrevendo nos corpos, constituindo uma marca que informa posições e lugares sociais. Logo, partindo da premissa da negatividade em relação a seu fenótipo, esses jovens buscam nos atos de transgressão a sua consolidação identitária, gerando assim um círculo vicioso, no qual a afirmação enquanto sujeito depende do reconhecimento da sua capacidade de transgredir o “normal”.

Por outro lado, a estigmatização da juventude fez surgir nos últimos anos, principalmente entre os poucos negros de classe média, a ideia de uma identidade positiva, na qual não só o fenótipo, mas toda uma cultura africana e afro-brasileira assume caráter de referência, para essa juventude.

### **Algumas considerações**

A violência e a marginalidade possuem símbolos que se estruturam, dependendo do contexto histórico de formação de cada sociedade. São vários os signos, estereótipos, estigmas que contribuem para a caracterização de um indivíduo enquanto suspeito e de outro, como vítima, assim como são múltiplas as combinações possíveis entre eles a gerar desdobramentos diversos. Dentre tais signos, gênero e raça assumem uma condição basilar. Sendo assim, mesmo velada, mascarada e negada, a categoria raça tem embasado elaborações de práticas preventivas, sendo os sujeitos que possuem os atributos raciais da suspeição marcados e constantemente alvos de violência.

Assim, o racismo se manifesta de forma diferente contra os negros e as demais variáveis que formam sua individualidade. A lógica racista não escolhe quem deve ser poupado, no entanto, os entraves sociais podem ser mais amenos entre os indivíduos pertencentes a grupos de prestígio, na abrangência de sua influência, do que contra os mais vulneráveis.

A ideia de que se vive em uma sociedade cada vez mais insegura e com um grande esgarçamento das relações sociais, também contribui para o clamor por maior controle e por identificação e punição de suspeitos de ação criminal. O discurso de prevenção, tantas vezes visto de forma positiva, carrega consigo uma faceta racializada. Nesse caso, a reação ao perigo e o intuito da proteção tende a direcionar a prática violenta aos considerados diferentes, aqueles passíveis de punição, para o caso em discussão, a população jovem, masculina, pobre e negra.

Essa tentativa de controle pela punição ou suspeição antecipada, produz mais violência, injustiça social, mais vítimas. Produz também exclusão social quando estabelece, a partir das relações de poder, lugares e posições sociais aos indivíduos. O medo generalizado da violência descontrolada, apontado como um dos elementos ideológicos de sustentação do controle social, utiliza o componente racial para concretizar e materializar o medo. Em outras palavras, o medo tem um rosto e uma cor e estes são negros. Historicamente estas características têm significado criminalidade e delinquência, mas, para, além disso, o medo também é duplamente sentido pelos próprios negros ao se perceberem alvo do controle e da tentativa da geração de segurança.

As ações de prevenção geralmente usam como recurso prático a humilhação e a mutilação dos indivíduos. O que resta questionar é: qual o sentido desse tipo de ação? O que há de positivo na busca por estabelecer controles que se sustentam na imposição de um poder hegemônico?

Concluimos este texto ressaltando que a imposição e a definição racial dos sentidos da violência e, por conseguinte da insegurança, têm encontrado resistências quanto à sua hegemonia. É justamente na tentativa de gerar outros tipos de relação que não se baseiem em uma estrutura racializada que surgem as posições dissonantes, com mais violência e objetividade retirando as máscaras da moderação. Os conflitos também emergem desse processo, no qual os “sujeitos vigiados” tomam consciência de seu papel enquanto atores sociais e buscam protagonizar outras realidades, mais plurais e anti-sectárias.

## Referências

BANTON, Michael. *A ideia de raça*, Lisboa, Edições 70, 1979.

CARVALHO, José Jorge de. As tecnologias da segurança e a expansão metonímica da violência. In: OLIVEIRA, Djaci et al (orgs.). *Violência Policial: Tolerância zero?* Goiânia: MNDH, 2001.

CÓLMAN, Luiza Carolina Terra; SOUZA, Ronaldo Gomes. *Violência, sentimento de insegurança e incivilidade*. Revista Senso Comum, nº 1, 2009, p. 38-46.

DU BOIS, W. E. B. *As almas da gente negra*. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.

MILES, Robert. *Racism after 'race relations'*. Londres: Routledge, 1993.

Ministério do Governo Britânico para o Desenvolvimento Internacional DFID/SEPP/IR/NUD, 2007.

MONTE BLANCO, Diego. *À luz do dia, nem todos os gatos parecem pardos: percepções de jovens sobre os limites e possibilidades do Projovem Urbano*. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2009. <http://hdl.handle.net/10183/25483>

NOGUEIRA, Oracy. Preconceito racial de marca e preconceito racial de origem. In: NOGUEIRA, O. *Tanto branco quanto preto: estudos de relações raciais*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1985.

WIEVIORKA, Michel (Org.). *Racismo e Modernidade*. Lisboa: Bertrand, 1995.